



Avaliação capenga do ensino produz o fracasso escolar

20/01/2008

O desespero de uma mãe, que veio implementado pela reprovação da filha no terceiro ano do ensino médio, na cidade de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, foi a exposição pública da derrocada do ensino médio no Brasil. Não por conta da violência atribuída ao desespero da mulher, que invadiu a escola completamente destemperada.

Não é esse em absoluto o tom do debate. Porém, há um fato indiscutível que precisa ser digerido pela opinião nacional. O episódio da violência e o descontrole da mãe da aluna, impedida de matricular a filha na universidade, justamente por conta da retenção no último ano do ensino médio, revelam um paradoxo de critérios que atinge centenas de famílias brasileiras.

A diferença é a visibilidade alcançada no caso do Rio Grande do Sul, já que o inusitado da invasão da escola acabou expondo um problema que se repete ano a ano, nas já conhecidas avaliações de encerramento de curso e conselhos de classe. E a realidade acaba revelando, na grande maioria dos casos, completa falta de critério na aprovação e reprovação de alunos, aptos ao início da academia, por vezes, como era o caso gaúcho, já aprovados nos exames vestibulares e considerados prontos para o início do ensino superior.

Na maioria dos casos, os tais critérios estão ligados exclusivamente ao conhecimento pessoal da família e à maior ou menor simpatia que por ela nutrem os integrantes dos órgãos colegiados. Por incrível que pareça, o leitor irá identificar imediatamente ao menos um ou dois casos de seu próprio conhecimento. Repetem-se os critérios falhos e desconexos. Nos conselhos de classe as situações são variadas. Por vezes, catastróficas.

Em recente oportunidade, um aluno versado nas ciências humanas, estudioso da poesia de Fernando Pessoa e da obra de Érico Veríssimo, foi implacavelmente retido dado o *desinteresse* demonstrado pela matemática e pela física. Outro, acabou derrotado, à mercê da luta por tratamento médico de sua *hiperatividade*, que, além de tudo, incomodava professores e diretores, inclusive pelo caráter contestador que o problema imprimia em seu comportamento.

Critério? Haveria algum, se os orientadores de plantão não *afagassem*, como é o caso de se ver quase rotineiramente, centenas de adolescentes que, durante o ano letivo, se viam envolvidos em situações concretas de tráfico e consumo de substâncias entorpecentes na escola e em suas adjacências ou eventos externos. Ou em pequenos furtos em salas de aula.

É essa a lógica da progressão no ensino brasileiro. Lógica perversa, é evidente. Sob tal ponto de vista e tendo como parâmetro a realidade do tráfico e dos furtos nas escolas o estudante com vocação para o crime estará pronto para a vida se demonstrar mínima habilidade cartesiana.

Pelo critério dos conselhos de classe, tudo se vence, tudo se supera, menos a dificuldade e a falta de aptidão em determinadas áreas do conhecimento humano. Diante de tal quadro, como

não enxergar com olhos condescendentes o desespero da mãe de Palmeira das Missões? Ele representou, em última análise, a investida de quem simplesmente não tem voz no colegiado do ensino médio, invariavelmente prestigiado pelos organismos estaduais de educação, sua instância revisora quase que insuperável.

Ninguém, na grande maioria dos casos, está minimamente preocupado com a preparação e valorização moral e ética do ser humano. Na maioria das escolas nem mesmo diagnósticos médicos são respeitados, para fazer relevar qualquer aproveitamento insuficiente. Pelo contrário. Avalia-se exclusivamente pela ótica canhota das deficiências.

Não se pondera o conjunto das boas qualidades e nem os dados objetivos, igualmente técnicos, do sucesso nos vestibulares. Prestigia-se, sem pensamento crítico coerente, a denominada *pedagogia da repetência*, apontada pelo pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica. Acalenta-se, sem reflexão, o grave problema gerado pelo fenômeno na educação brasileira, com nefastas consequências para a formação da juventude.

O ser humano gestado no ensino médio brasileiro deve privilegiar a ética e a correta formação moral, independentemente da maior ou menor aptidão para as ciências exatas ou humanas. Está aí o grande referencial a ser considerado. Entretanto, na contramão, são minimizados os problemas decorrentes da educação média e fundamental, justamente no momento em que o país passa por grave crise de identidade, provocada justamente pela falta de ética na política e corrupção no setor público.

A comparação pode parecer estranha. Não é. O fato demonstra a possibilidade de construção, para as gerações futuras, de um arsenal de homens imperfeitos, que, porque não foram barrados na matemática, na física ou na história — e só por esse motivo — se viram aptos, no dia-a-dia das escolas, ao desempenho de atividades criminosas, *acobertados* pela omissão e pela complacência dos conselhos de classe. No mínimo, é risco grave e iminente, a menos que as instâncias dos tais colegiados atinjam profissionalismo, hoje inexistente, e busquem o compromisso com a formação integral de seus alunos. É esperar para ver o resultado.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-jan-20/avaliacao_capenga_ensino_produz_fracasso_escolar/